

ATA DA 477ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2024, a partir das 09:00h, ocorreu a 477ª Reunião do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência da plataforma Teams, em razão do modelo de trabalho híbrido, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro (Presidente), José Luiz Leduc e Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira e dos Conselheiros Suplentes Paula Isabel da Costa Barbosa e William Manoel Souza, este último, em substituição à Conselheira Alessandra Lemos de Souza que justificou ausência. Tendo sido verificado o *quórum* mínimo previsto no Art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, teve início a reunião, a qual tratou dos temas pautados, conforme a seguir.

1 – Plano de Trabalho Mensal do CFE - 1.1- Apresentação pela Secretária do CFE do Relatório de Status de Implementação das Recomendações do CFE - Sobre o tema, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro informou que realizou follow-up com a coordenadora da secretaria – PRI e verificou que o assunto está sendo tratado e que a emissão do relatório depende do recebimento dos planos de ação das áreas de negócio.**1.2- Avaliação do Relatório Gerencial de Execução Orçamentária, conforme item 3 – Acompanhamento Financeiro, subitem 1 do Plano de Trabalho Anual do CFE** – A Presidente do Conselho Fiscal disse que o relatório apresentado estava muito bom e fornecia boa parte das informações solicitadas, porém não identificou o detalhamento orçamentário por programas e projetos, informando remanejamentos e avaliações do progresso destes em relação às metas estratégicas estabelecidas. Disse entender que havia itens atrelados às definições prévias do Planejamento Estratégico, as quais ainda não estavam disponíveis. Adicionalmente, ressaltou que não identificou também a parte referente à conformidade legal e regulatória, assim como as correspondentes ações corretivas. Sendo assim, solicitou que a Diretoria Financeira e a Gerência de Controladoria avaliem as informações solicitadas pelo CFE em seu plano de trabalho quando do preparo deste relatório gerencial, a fim de que este atenda aos moldes explicitados pelo colegiado em seu Plano de Trabalho Anual e, em caso de eventual não atendimento, apresente a respectiva justificativa. Na sequência, passou a palavra aos demais conselheiros. Na oportunidade, o Conselheiro William Manoel Souza corroborou que o Planejamento Estratégico é estruturante e que o orçamento é o desdobramento do PE. Com relação ao acompanhamento do orçamento visando proporcionar um instrumento adicional de gestão, o Conselheiro propôs que a entidade avalie a inclusão de

ER

7905

JL

5923

RT

WS

7470

IA

6224



previsões (forecast) trimestrais. Dessa forma, seria possível não apenas analisar a performance orçamentária mensal e acumulada, mas também incorporar previsões sobre o desempenho ao longo do ano. A Presidente do CFE Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro concordou com o Conselheiro William e, apesar do Plano de Trabalho demandar informações sobre o orçado e realizado, propôs que o Conselheiro avaliasse a periodicidade demandada no Plano, bem como outras informações solicitadas para atendimento às suas expectativas e necessidades de acompanhamento da execução orçamentária pelo colegiado. Na oportunidade, o Conselheiro Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira manifestou sua concordância com a proposição do seu antecessor, o parabenizou pela ideia e disse que seria muito bom trazer essa visão moderna para a Eletros. Os demais conselheiros também se manifestaram da mesma forma dos anteriores.

1.3- Avaliação do Relatório Gerencial de COMPLIANCE, conforme item 4 – Conformidade com Normas e Regulamentos, subitem 2 do Plano de Trabalho Anual do CFE - Sobre este item, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro disse que o relatório fora apresentado na reunião anterior e que este demonstra ações realizadas pela Coordenação de Compliance e Governança - PRI para gerenciar os riscos de não compliance e que está monitorando, a princípio, a Resolução PREVIC 23 e a Resolução CVM 175, tendo sido feito um *assessment compliance* para que as áreas avaliem se suas atividades estavam aderentes a estas normas retromencionadas, mas nem todas haviam respondido. Na oportunidade, disse entender que essa será uma base para que a Eletros comece a monitorar o nível de aderência às normativas legais e institucionais. Manifestou ainda sua percepção de que, desta forma, pode ser constatado o empenho da PRI em atender as recomendações do CFE relativo à gestão de compliance. Os demais conselheiros concordaram com a Presidente, reconhecendo o esforço da área e disseram que seria importante o colegiado conhecer os resultados do trabalho que vem sendo realizado de forma a permitir o acompanhamento contínuo do CFE.

1.4- Avaliação do Relatório Gerencial de Riscos de Investimentos, conforme item 5 – Avaliação de Investimentos, subitem 1 do Plano de Trabalho Anual do CFE – A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro disse que o relatório não fora apresentado para o CFE, o que causou estranheza porque o Relatório de Riscos de Investimentos já tinha um bom nível de maturidade e permitia acompanhamento do CFE. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante



Ribeiro indagou à Secretária se havia sido apresentada algum tipo de justificativa pela área, ao que foi respondida de forma negativa. O Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira disse que entende que, eventualmente, considerando o acúmulo de trabalho, pode acontecer algum tipo de atraso ou não entrega, mas solicitou que doravante seja encaminhada a prévia justificativa formal, no ATLAS, em caso de não apresentação dos Relatórios/informações demandadas no Plano de Trabalho do CFE, sobre o que todos os demais conselheiros concordaram.

1.5- Avaliação do Relatório Gerencial de Riscos, conforme item 7 – Gestão de Riscos e Controles Internos, subitem 1 do Plano de Trabalho Anual do CFE – Esse relatório também não foi apresentado pela área responsável. Sobre o tema, o colegiado solicitou que doravante seja encaminhada a prévia justificativa formal, no ATLAS, em caso de não apresentação dos Relatórios/informações conforme demandadas no Plano de Trabalho do CFE.

1.6- Avaliação Final, caso seja necessário, do RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS DO CONSELHO FISCAL – Exercício de 2023, conforme item 9 – Relatórios Periódicos, subitem 3 do Plano de Trabalho Anual do CFE – Considerando que o processo de emissão deste relatório foi concluído dentro do prazo legal, em 26/06/2024, não houve necessidade de tratamento do tema. Neste sentido foi perguntado a secretária se o Relatório havia sido encaminhado à DEE, ao CDE e demais partes interessadas. A secretária disse que ao CDE ainda não, mas havia sido publicado no site para acesso dos Participantes.

2 – ATAS das Reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e dos Comitês; 2.1. Examinar se os Atos de Gestão Praticados pelos Colegiados de Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva estão aderentes às competências estipuladas no Estatuto Social e Legislação - Foi iniciada a análise das atas, conforme a seguir: **1. Atas da Diretoria Executiva – 1.1.1- 1287ª reunião** – Sobre esta ata não houve comentários. **1.2.1- 1288ª reunião – Item 7 – Campanha de Recadastramento** - O Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira manifestou sua satisfação em saber que a Eletros estaria utilizando a técnica de reconhecimento facial, a seu ver, muito útil, inclusive para os assistidos com dificuldade de mobilidade. Os demais conselheiros não tiveram o que acrescentar sobre esta ata. **1.3.1 - 1289ª reunião - Item 8 – Recomendação do PAAI 2022** - A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth



Teixeira Miliante aduziu que a auditoria interna fez uma avaliação sobre os diversos comitês existentes e que não concluiu sobre a eficácia de atuação do comitê estratégico de tecnologia da informação – CSTI. Neste sentido, considerando que cabe a este Comitê monitorar, avaliar e normatizar condutas relativas à execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, de acordo com o art. 2º do Regimento Interno, foram solicitadas: (i) as ATAS de reunião com as ações do Comitê que demonstre que este monitora os investimentos realizados em TI para agregar valor ao negócio; atender às necessidades da Fundação e às expectativas da Alta Administração; ou (ii) um Plano de Ação para efetiva atuação do Comitê. Relativo ao CCP CV ONS, o Conselheiro William disse que iria tentar entender melhor essa questão junto ao ONS. Relativo as ATAS demandadas ou plano de ação para acompanhamento das ações do Comitê Estratégico de TI, a maioria dos conselheiros concordou com a Presidente do Conselho Fiscal e o Conselheiro William Manoel Souza manifestou-se contrário aos demais por entender que a análise ao nível executivo já seria suficiente. **1.3.2 - Item 14. Panorama da Retomada da cobrança das Contribuições Extraordinárias - Ação APEL** – O Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc disse que seria importante receber atualização da Diretoria Executiva sobre o tema quando da entrada de seu representante, com o que todos os demais conselheiros concordaram.

3 – Informações da Diretoria - 3.1- Acompanhamento sobre a Elaboração do Planejamento Estratégico/Alteração do Estatuto -

Ingressou na reunião o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto, que informou sobre a ocorrência de uma reunião extraordinária do CDE no dia 14 de junho do ano corrente para tratar, especificamente, do Planejamento Estratégico. Acrescentou que esta reunião tratou dos projetos apresentados pela Diretoria Executiva com base na orientação prévia do CDE os quais serão executados nos anos de 2024, 2025, 2026 e 2027, segregados por etapas e datas de entrega, dentre estes, o relativo à alteração do Estatuto da Eletros. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante perguntou se foram estabelecidos os orçamentos para desenvolvimentos dos projetos estratégicos. Em resposta, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto disse que as ações referentes ao ano de 2024 já estavam suportados pelo orçamento aprovado. Com relação aos demais anos, disse que por ocasião das respectivas aprovações orçamentárias, existirá essa correlação. No que se refere à alteração do Estatuto, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto disse que há uma meta para sua alteração, visando a previsão de Instituidores, planejada para o ano de 2025. Adicionalmente, com relação ao Planejamento

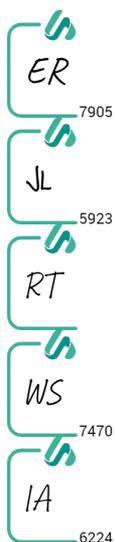


Estratégico, disse que haveria uma nova reunião do CDE em julho para aprovação das metas abertas e respectivos detalhamentos.

3.2- Acompanhamento das Recomendações e Demandas do CFE (DEE)

- Na oportunidade, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto disse que a reunião ocorrida em 08 de maio do ano corrente entre a Presidente do CFE, o Diretor Financeiro e a Coordenação de Compliance e Governança - PRI proporcionou a criação de uma nova planilha com alinhamento de conceitos que gerou o encaminhamento de algumas pendências para o CDE e de todas as outras para as correspondentes áreas da Eletros. Aproveitou a oportunidade para registrar a entrega, num primeiro momento, nesta reunião, de Notas Técnicas para demandas específicas do CFE (NT-DB-DBA-003-24, NT-DB-DBA-004-24, NT-017-PRG, NT-018-PRG, NT-019-PRG, NT-020-PRG e NT-022-PRT e e-mails trocados entre os representantes legais da Eletros e da Eletros-Saúde relativos ao Convênio de Cooperação Técnica). Na oportunidade, a Presidente do CFE solicitou que este material entregue pela Diretoria Executiva fosse disponibilizado pela Secretária, no item 1 da próxima reunião, na Plataforma Atlas, abrindo por subitens de acordo com as respectivas referências às recomendações/demandas que se pretendia atender, a fim de que fosse feito exame pelo CFE na próxima reunião. Na sequência, o Diretor Financeiro se colocou à disposição para, junto com as áreas emissoras, realizar reuniões de esclarecimento, caso o CFE julgue necessário.

3.3- Tema Livre - O Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto mencionou o início da cobrança, por ocasião do pagamento de junho, das contribuições extraordinárias referentes à ação relativa ao artigo 61 do Regulamento do Plano BD - Eletrobrás, tendo em vista a perda dos assistidos autores em Segunda Instância. Acrescentou que além da cobrança retromencionada, grande parte dos assistidos ainda têm cobrança de plano de saúde e empréstimo. Na oportunidade, o Conselheiro William Manoel Souza, indagou ao Diretor Financeiro se a FABES estaria sendo pensada como uma das possíveis fontes de apoio a estes assistidos. Em resposta, o Diretor Financeiro disse que já existe uma proposta neste sentido que envolve tempo para estruturação e limitação orçamentária. Além disso, disse que o Ministério Público fez uma recomendação sobre não haver retorno negativo nas contas, devendo ser usado apenas o resultado e não o patrimônio existente, que deveria se manter sustentável. Na sequência, a Presidente do CFE perguntou se o risco de crédito e liquidez chegou a ser debatido no âmbito do CDE. Em resposta, o Diretor Financeiro disse que o CDE solicitou que fosse avaliada a questão dos empréstimos e que houve uma apresentação da Diretoria de



Benefícios Previdenciários ao CDE sobre o impacto da cobrança de empréstimos, ainda não havendo uma proposta para o caso relacionada a esse tema. Lembrou que a mudança para o novo modelo de empréstimos em 2018 trouxe um ganho significativo em termos de estrutura e diminuição de risco em razão da nova formatação adotada.

4. Rentabilidade dos Planos / Acompanhamento das Metas dos Planos

– Ainda presente, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto fez apresentação sobre o tema. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal perguntou se a expectativa de melhora de cenário no segundo semestre, aventada no início do ano corrente, se mantinha ou estava abalada. Em resposta, o Diretor Financeiro disse que estava abalada. Disse ainda que a bolsa no Brasil estava negativa, mas no exterior estava positiva. O Conselheiro Leduc perguntou se isso estava ligado às questões políticas e foi respondido de forma positiva pelo Diretor Financeiro. Na sequência, a Conselheira Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa perguntou ao Diretor Financeiro o que estava sendo feito pela Diretoria Financeira em termos de ajustes de carteiras, considerando o cenário apresentado. Em resposta, o Diretor Financeiro disse que a alocação de risco em renda variável é feita pelos participantes, no caso dos Planos CVs e CDs, que podem escolher os perfis que desejam, mas que o movimento que cabe à Eletros, diz respeito ao Perfil Eletros e à Carteira de Renda Fixa, havendo sempre um trabalho feito no segmento estruturado em médio prazo. Disse ainda que foram aumentadas as posições de carteiras dos planos CDs em títulos longos. Acrescentou que para o Plano BD Eletrobrás, com os recursos recebidos das OFNDs, também foram comprados títulos longos (NTNB's). Feitos os esclarecimentos suscitados, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro abriu a palavra aos demais conselheiros que agradeceram a presença e a apresentação do Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto, o qual se colocou à disposição do CFE para o que fosse necessário.

5 – Apreciação do Balancete de Abril/2024 e 6 – Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária - Abril/2024

- Ingressou na Reunião a Analista Patrícia Rosa Rodrigues em substituição à Gerente de Controladoria – DFC Renata Ferretti que se encontrava de férias. Na sequência, iniciou a apresentação sobre as informações contábeis e orçamentárias dos planos, considerando o balanço patrimonial, os recursos garantidores, a composição dos investimentos, rentabilidade dos planos, composição do déficit/superávit, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Acompanhamento Orçamentário PGA (Visão Geral) e DPGA. Ao fim da apresentação, colocou-se à disposição do Conselho Fiscal para esclarecimentos que se fizessem necessários. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro abriu a palavra aos demais conselheiros que agradeceram a



apresentação. A Analista Patrícia Rosa Rodrigues agradeceu a oportunidade e se retirou.

7. 7 – Gestão do Contencioso (reapresentação do Relatório Gerencial da Gestão do Contencioso de maio contendo informações conforme item 3 – Acompanhamento Financeiro, subitem 2.6 do Plano de Trabalho Anual do CFE) e apresentação de Nota Técnica demonstrando os Estudos junto à atuária para avaliação do contencioso com o objeto: “Adicional de Aposentadoria e Equiparação entre homens e mulheres”.

A NT deve informar no mínimo: análises dos Riscos Jurídicos sobre o objeto; valores potencialmente envolvidos; análises de possibilidades de acordos e planos de ação, se for o caso; entre outros fatores importantes – Esteve presente a advogada Mayara Rigueira, em substituição à Gerente Jurídica Daniela Mattozo que justificou ausência. Na ocasião, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro mencionou que o Relatório Gerencial apresentado pela Gerência Jurídica - PRJ por força do Plano de Trabalho do colegiado, em outra reunião do CFE, não contemplou todas as informações requeridas e, portanto, foi demandada uma Nota Técnica contemplando análise do risco jurídico conforme pauta. Adicionalmente, considerando que o Relatório Gerencial apresentado informava práticas para atualização dos valores contingentes não aderentes à legislação atual, Resolução PREVIC nº 23 e Norma Brasileira de Contabilidade - NBC, perguntou se a Gerência Jurídica - PRJ havia sido acionada pela Coordenação de Compliance e Governança - PRI para adequação à Resolução PREVIC nº 23 e se havia plano de ação neste sentido. Inicialmente, a advogada disse que havia apenas uma ação de Adicional de Aposentadoria em andamento que estava em fase de execução e os valores já haviam sido depositados a maior e que toda discussão versava, naquele momento, sobre o que a Eletros tinha a levantar. Sendo assim, não haveria risco em relação à perda de valores e nem se aplicaria qualquer tipo de acordo. No que se referia às ações sobre equiparação de homens e mulheres, disse que havia risco provável porque a decisão já havia sido sedimentada pelo STF, havendo apenas discussão quanto à prescrição, sendo defendido pela Eletros o pagamento somente relativo aos últimos cinco anos, o que vem sendo aceito pelos Juízos. Acrescentou que foi calculado o risco das ações em potencial pela Gerência Atuarial e que, para esses casos, podem ser estudados eventuais acordos, ressaltando que a estratégia é aguardar as ações serem impetradas para se fazer os respectivos acordos em relação aos últimos cinco anos, a fim de se evitar desembolsos desnecessários. Na oportunidade, o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira perguntou se havia um padrão de deságio que o Juízo



ER
7905
JL
5923
RT
WS
7470
IA
6224

costumava aceitar para os acordos. A advogada respondeu que o Juízo se limita a homologar o acordado pelas partes. Na sequência, o Conselheiro William Manoel Souza perguntou qual seria o montante considerando os últimos cinco anos das ações em potencial. A advogada respondeu que seria em torno de R\$ 12 milhões. Indagada sobre a aderência à Resolução PREVIC nº 23, a advogada disse que a PRJ já iniciou análise em relação aos valores depositados e provisionados dos casos prováveis e que começarão a trabalhar nas atualizações a partir de julho do ano corrente. O Conselheiro William Manoel Souza ressaltou a necessidade de interação com a Gerência de Controladoria – DFC sobre o tema. A advogada disse que a relação já é estreita e vai estreitar ainda mais. O Conselheiro William Manoel Souza ressaltou que devem ser seguidas, principalmente, as normas internacionais de contabilidade e o padrão contábil proposto pela Previc. Feitos os agradecimentos de parte a parte, a advogada se retirou da reunião. Relativo à atualização dos valores contingentes em conformidade com as Normativas legais da PREVIC e do Conselho Federal de Contabilidade foi formalizada recomendação no Relatório de Manifestação do CFE referente ao exercício de 2023. Relativo ao tema “Adicional de Aposentadoria e Equiparação entre homens e mulheres” é necessário avaliar com maior profundidade o tema.

8- Assuntos Gerais - Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro agradeceu a presença da Secretária de Governança do Conselho Deliberativo Malba da Cunha Palhano Teixeira, que fora convidada para participação na reunião, e a indagou sobre o cronograma para eleição e indicação de alguns membros dos conselhos, em face da eminência de fim dos respectivos mandatos. Na oportunidade, a Secretária de Governança do CDE Malba da Cunha Palhano Teixeira agradeceu a oportunidade e disse que na última reunião do CDE o assunto foi tratado num primeiro momento, juntamente com a minuta da norma que incluiu algumas mudanças obrigatórias em função da legislação (requisitos mínimos) e outras que podem ser incluídas pela Entidade a título de segurança e/ou boas práticas de governança corporativa. Disse ainda, em resposta à Recomendação do CFE relativa à experiência gerencial, a recomendação estava sendo tratada na minuta da norma para discussão. Acrescentou que deverá ser marcada em breve uma nova reunião do CDE para tratamento do tema, considerando ajustes propostos pelos conselheiros deliberativos e que, segundo a legislação vigente, o processo eleitoral precisaria ser iniciado até o dia 17 de agosto para que no dia 01º de outubro possam ser encaminhados os processos para habilitação da PREVIC. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro perguntou sobre o status do estudo sobre



acompanhamento das demandas e recomendações do CFE pela Plataforma Atlas. Na oportunidade, a Secretária de Governança do CDE disse que foi feita uma apresentação sobre a ferramenta “Projetos” por representante da Plataforma Atlas na reunião do CDE e que seria necessária a aquisição de mais licenças, acrescentando que a Eletros já utiliza o número máximo contratado e que haveria impacto orçamentário no caso dessas aquisições. A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro aduziu ser comum nos sistemas, uma modalidade de licença WEB de consulta (ready-only) que poderia ser utilizada pelos Gerentes e que costuma não ter custo adicional. A Secretária de Governança do CDE disse que, primeiramente, o processo de acompanhamento precisaria ser mapeado e que iria verificar junto à Plataforma Atlas sobre a possibilidade aventada pela Presidente do Conselho Fiscal. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro informou que estava à disposição para apoio no que fosse necessário para viabilizar o projeto. Indagada sobre a planilha com demandas do CFE para o CDE, a Secretária do CDE informou que foram encaminhadas àquele colegiado e ainda não tinha retorno a respeito. Feitos os agradecimentos de parte a parte, a Secretária de Governança do CDE se retirou da reunião.

8.1 - Informes da secretaria do CFE Não houve.

8.2 - Tema livre

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Ivania Knupp Araujo, que a secretariei, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, e assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
7905

Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

Presidente do Conselho Fiscal



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
5923

José Luiz Leduc

Conselheiro Fiscal





Eletros

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira

Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira

Conselheiro Fiscal



William Manoel Souza

7470

William Manoel Souza

Conselheiro Fiscal Suplente



Ivania Knupp Araujo

6224

Ivania Knupp Araujo

Advogada Sênior - Coordenação de Compliance e Governança - PRI



Ata da 477ª RCFE_Consolidada (1) (1).docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 8601C-0570B-214FB



Solicitação de assinatura iniciada por: Ivania K. A. em 22/08/2024

Assinaturas



Ivania Knupp Araujo
Assinou Eletronicamente



6224

Assinou em: 22 de agosto de 2024, 16:41:25 | E-mail: iva***@el***** | Endereço de IP: 243.151.67.180 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 127.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****9867



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
Assinou Eletronicamente



31601

Assinou em: 23 de agosto de 2024, 13:00:57 | E-mail: rud*****@el***** | Endereço de IP: 191.32.155.74 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 127.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-6528



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
Assinou Eletronicamente



5923

Assinou em: 27 de agosto de 2024, 11:34:35 | E-mail: jlg*****@gm***** | Endereço de IP: 200.201.184.250 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 127.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****3324



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
Assinou Eletronicamente



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro



7905

7905

Assinou em: 16 de setembro de 2024, 05:34:38 | E-mail: eli*****@ho***** | Endereço de IP: 89.155.145.46 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 128.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****8152



William Manoel Souza
Assinou Eletronicamente



William Manoel Souza



7470

7470

Assinou em: 16 de setembro de 2024, 10:57:51 | E-mail: wil*****@on***** | Endereço de IP: 177.192.14.126 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 126.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****2481